

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, Clientes, Corretores, Colaboradores e Parceiros.

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração da CAPEMISA Seguradora de Vida e Previdência relativas ao exercício 2017, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

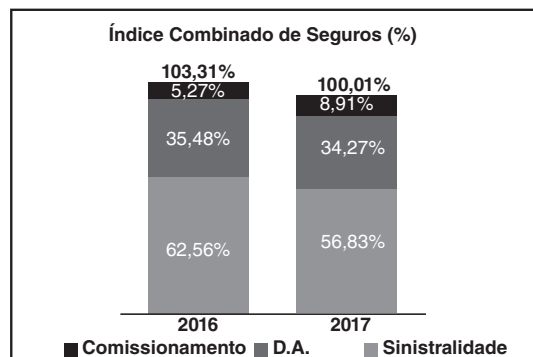
As Demonstrações Financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, conjugadas com as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

1. Mensagem da Administração

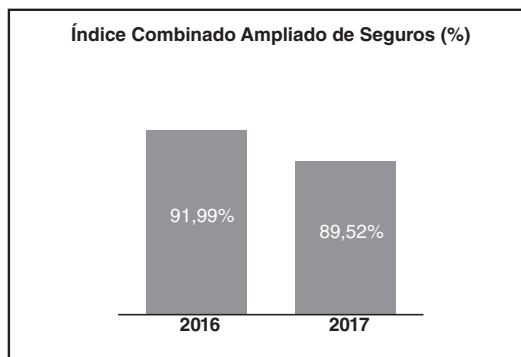
No exercício 2017, a Companhia conseguiu superar seus objetivos estratégicos, combinando resultados relevantes do ponto de vista operacional, que associados ao resultado financeiro, contribuíram decisivamente para o atingimento de um lucro líquido total de R\$ 40,89 milhões. Com isso, o Retorno sobre o Patrimônio Líquido - ROE, registrado no exercício 2017, foi de 15%.

O Índice Combinado (IC) melhorou 3,3 pontos percentuais, em relação a 2016, encerrando o exercício de 2017 em 100,01%, afetado principalmente pelo aumento do faturamento atrelado a redução dos custos administrativos e da sinistralidade.

O Índice Combinado Ampliado (ICA) apresentou redução de 2,47 pontos percentuais, em relação a 2016, encerrando o exercício de 2017 em 89,52%.



Nota: Não considerado os valores das operações com o Consórcio DPVAT



2. Ações de Responsabilidade Social

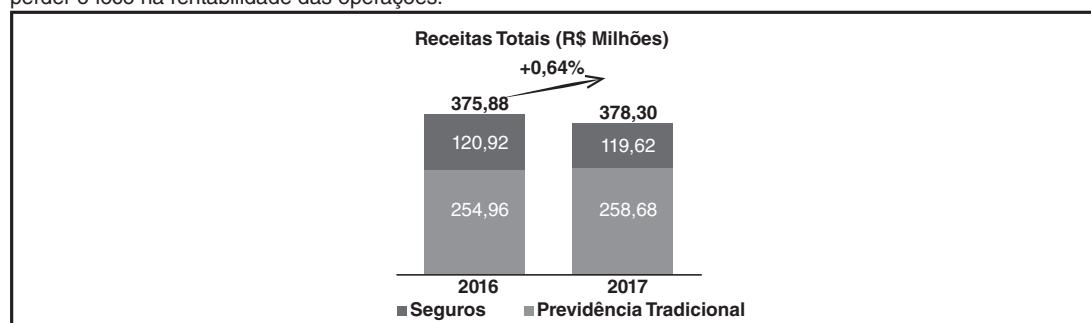
Comprometida em proporcionar segurança a todos com quem se relaciona, a Companhia nasceu, há mais de 57 anos, com a finalidade de gerar recursos para sustentar sua principal obra social: o Lar Fabiano de Cristo. Reconhecido internacionalmente pela Unesco, o projeto atua diretamente para ajudar famílias em situações de vulnerabilidade econômica e social. Na sua história, os conceitos de segurança, felicidade e valorização do ser humano têm lugar de destaque.

3. Desempenho

Faturamento

O faturamento da CAPEMISA Seguradora, no exercício 2017, totalizou R\$ 378 milhões, um aumento de 0,64% em relação ao mesmo período de 2016. Desse montante, R\$ 119,6 milhões referentes a prêmios emitidos de seguro e R\$ 258,7 milhões referentes a rendas de contribuições de planos de previdência.

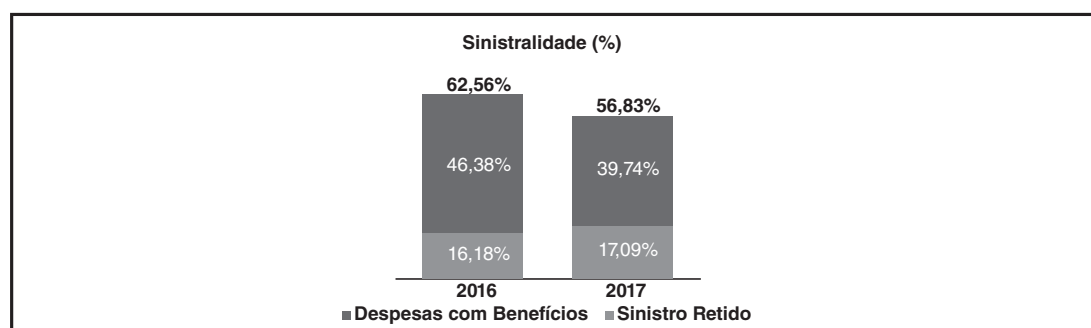
A Companhia segue em busca do aumento de sua participação de mercado, com crescimento sustentável, sem perder o foco na rentabilidade das operações.



Nota: Não considerado os valores das operações com o Consórcio DPVAT

Sinistralidade

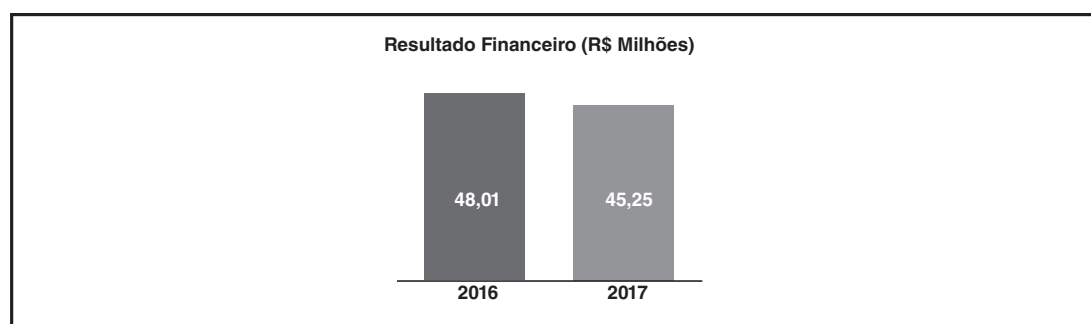
Mesmo com a expansão do faturamento, no exercício 2017, as despesas com sinistros (sinistro retido + despesas com benefícios) registraram reduções significativas em relação ao mesmo período do ano anterior, encerrando o exercício em R\$ 219 milhões, frente aos R\$ 243 milhões de 2016. Essa combinação fez o índice de sinistralidade reduzir 5,73 pontos percentuais (Exercício 2017: 56,83%, Exercício 2016: 62,56%).



Nota: Não considerado os valores das operações com o Consórcio DPVAT

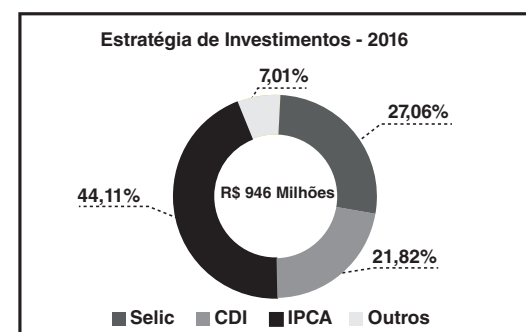
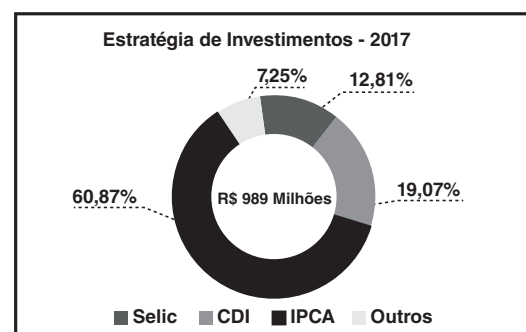
Resultado Financeiro

Mesmo em um cenário de queda expressiva nas taxas de juros, a Companhia alcançou no exercício 2017 um resultado financeiro de R\$ 45,25 milhões (R\$ 48 milhões em 2016).

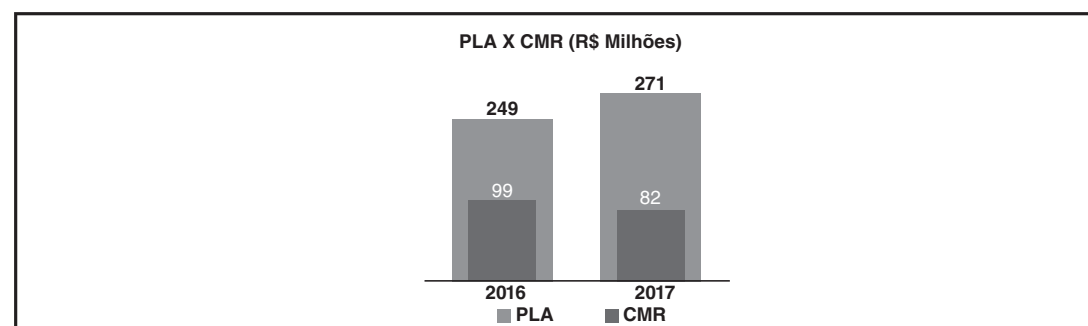


Nota: Não considerado os valores das operações com o Consórcio DPVAT

No curso de 2017, em continuidade a sua estratégia de ALM (Asset Liability Management), a companhia aumentou a participação na sua carteira de investimentos de títulos públicos indexados ao IPCA.

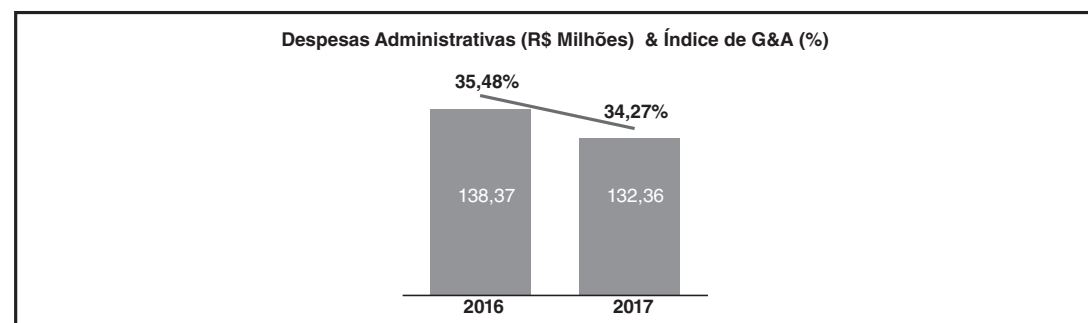


Em função desses movimentos, a necessidade de capital, baseada no risco de crédito e no risco de mercado, reduziu de maneira importante.



Despesas Gerais e Administrativas

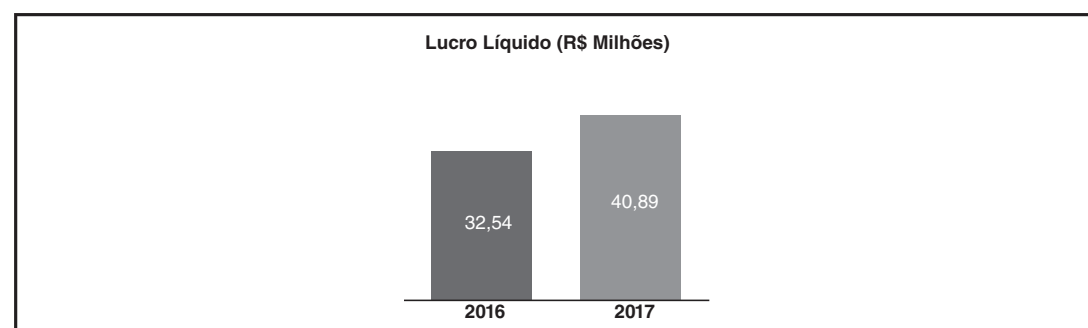
Mesmo com a redução das despesas, decorrente da forte política de austeridade e do elevado comprometimento com a eficiência administrativa, a Companhia obteve expansão no seu faturamento no exercício 2017. As despesas administrativas apresentaram uma redução nominal de 4,3%. Desse modo, a relação entre as despesas gerais e administrativas sobre prêmios ganhos apresentaram uma redução de 1,2 ponto percentual, passando de 35,5% para 34,3% no encerramento do exercício. Essas ações buscam ampliar a eficiência e a geração de valor para os acionistas.



Nota: Não considerado os valores das operações com o Consórcio DPVAT

Lucro Líquido

Em 2017 com a manutenção do foco no crescimento do resultado operacional, aliados à gestão administrativa eficiente com foco na geração de valor ao acionista, a Companhia registrou no exercício lucro líquido de R\$ 40,89 milhões (R\$ 32,54 em 2016), crescimento de 25,7% em relação ao mesmo período do exercício anterior.



4. Governança Corporativa

O Grupo CAPEMISA vem desenvolvendo o seu modelo de gestão com ações concretas de implementação dos princípios e das melhores práticas de Governança Corporativa. A revisão das diretrizes corporativas e o aprimoramento dos controles internos têm permitido um salto em qualidade na manutenção e no refinamento do seu modelo de negócios, considerando sempre os padrões mais elevados de integridade e de ética profissional e social. A segurança da informação é preocupação constante para o Grupo.

5. Reformulação, Reorganização Societária e/ou Alteração no Controle Acionário

A Administração ressalta que não houve reformulações, reorganizações societárias e/ou alterações no controle acionário da Companhia.

6. Declaração sobre a Capacidade Financeira

A Administração, em conformidade com as exigências legais, constituiu provisões, de acordo com as melhores práticas de gestão, tendo assim, seus riscos administrados e mitigados de acordo com as normas da SUSEP, o que ratifica a solvência da Companhia para cobertura de suas responsabilidades. No exercício 2017 a companhia apresenta o montante de R\$ 930.275 (R\$ 895.046 em 2016), referente a recursos garantidores.

A CAPEMISA Seguradora se mantém como empresa sólida e capaz de honrar os seus compromissos, em sua totalidade, até o seu vencimento. Conforme requerido pela Circular SUSEP nº 517/15 e suas alterações, a Companhia declara que os títulos classificados na categoria "até o vencimento" serão mantidos até o vencimento. Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 2018.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais)				
ATIVO	Notas	2017	2016	2015
CIRCULANTE		451.028	348.483	768.091
Disponível		2.763	4.010	11.071
Caixa e bancos		2.722	3.829	11.036
Equivalente de caixa		41	181	35
Aplicações	5	421.311	294.708	643.498
Créditos das operações com seguros e resseguros		6.562	11.648	6.787
Prêmios a receber	6	6.562	11.648	6.787
Operações com resseguradoras		-	-	-
Créditos das operações com previdência complementar		1.292	1.349	696
Valores a receber	7	1.292	1.349	691
Créditos de resseguros		-	-	5
Outros créditos operacionais		652	1.391	2.062
Ativos de resseguro e retrocessão		245	-	141
Títulos e créditos a receber	8	15.028	32.920	80.600
Títulos e créditos a receber	8.1	5.993	10.927	15.951
Créditos tributários e previdenciários	8.2	78	10.731	43.322
Assistência financeira à participantes	8.3	8.720	10.881	20.258
Outros créditos	8.4	237	381	1.069
Outros valores e bens	9	-	610	20.053
Bens a venda		-	610	20.053
Empréstimos e depósitos compulsórios		404	516	1.434
Despesas antecipadas		2.406	1.027	1.569
Custos de aquisição diferidos	10	365	304	180
Seguros		365	304	180
ATIVO NÃO CIRCULANTE		906.480	988.642	651.583
Realizável a longo prazo		879.309	951.333	569.148
Aplicações	5	666.943	730.516	346.456
Títulos e créditos a receber	8	210.607	218.615	220.988
Títulos e créditos a receber	8.1	-	20.803	29.164
Créditos tributários e previdenciários	8.2	61.291	66.580	62.700
Depósitos judiciais e fiscais	11	132.133	121.570	113.823
Assistência financeira à participantes	8.3	17.183	9.662	15.301
Empréstimos e depósitos compulsórios		395	359	285
Despesas antecipadas		1.364	1.843	1.419
Investimentos	12	16.328	26.560	34.239
Participações societárias	12.1	15.878	15.292	16.143
Imóveis destinados a renda	12.2	450	450	-
Outros investimentos	12.2	-	10.818	18.096
Imobilizado	13	6.206	6.660	42.473
Imóveis de uso próprio		1.606	1.042	34.948
Bens móveis		4.147	4.930	6.585
Outras imobilizações		453	688	940
Intangível	14	4.637	4.089	5.723
Outros intangíveis		4.637	4.089	5.723
TOTAL DO ATIVO		1.357.508	1.337.125	1.419.674
PASSIVO		241.939	231.934	333.611
CIRCULANTE		27.736	42.722	101.062
Contas a pagar		27.736	42.722	101.062
Obrigações a pagar	15	11.243	10.731	21.177
Impostos e encargos sociais a recolher	16	2.944	5.993	9.027
Encargos trabalhistas	17	5.683	5.653	5.974
Empréstimos e financiamentos	18	825	854	879
Impostos e contribuições	19	7.041	19.486	62.505
Outras contas a pagar		-	5	1.500
Débitos de operações com seguros e resseguros	20	3.717	2.920	2.892
Operações com resseguradoras		266	5	164
Corretores de seguros e resseguros		2.599	2.380	1.544
Outros débitos operacionais		852	535	1.184
Débitos de operações com previdência complementar	20	82	-	44
Débitos de resseguros		82	-	44
Débitos de terceiros	21	4.225	2.818	13.122
Provisões técnicas - seguros		143.511	115.090	143.852
Danos	22.1	98.391	77.991	111.024
Pessoas	22.2	45.120	37.099	32.828
Provisões técnicas - previdência complementar	22.3	55.694	60.979	58.733
Planos bloqueados		19.912	19.917	21.215
Planos não bloqueados		35.782	41.062	37.518
Outros débitos	23	6.974	7.405	13.906
Provisões judiciais		6.974	7.405	13.906
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		826.074	849.132	861.142
Contas a pagar		623	3.234	4.654
Obrigações a pagar		18	-	-
Tributos diferidos		-	1.806	2.373
Empréstimos e financiamentos	18	605	1.428	2.281
Provisões técnicas - seguros		5	11	588
Vida com cobertura de sobrevivência	22.2	5	11	588
Provisões técnicas - previdência complementar	22.3	710.693	717.990	762.150
Planos bloqueados		677.000	684.491	727.891
Planos não bloqueados		33.678	33.483	33.953
PGBL		15	16	306
Outros débitos	23	114.753	127.897	93.750
Provisões judiciais		114.753	127.897	93.750
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	27	289.495	256.059	224.921
Capital social	27.1	270.797	638.363	638.363
Reservas de lucros		18.698	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	1.403
Prejuízos acumulados		-	(382.304)	(414.845)
TOTAL DO PASSIVO		1.357.508	1.337.125	1.419.674

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

continua

continuação



CAPEMISA Seguradora de Vida e Previdência S/A
CNPJ: 08.602.745/0001-32

O período de recálculo do referido estudo ocorre a cada data de balanço e a aplicabilidade do mesmo é mensal. A metodologia do estudo técnico de redução ao valor recuperável de prêmios a receber utilizou como base o prazo para efetivação do recebimento dos prêmios a receber, considerando a emissão do risco *vis a vis* seu mês de recebimento sobre o total de prêmios a receber. A Seguradora concluiu, com base no estudo realizado, que o risco de inadimplência dos prêmios a receber é de 9,26% (10,74% em 2016).

3.3.3 - Assistência financeira: Para os ativos relacionados à assistência financeira à Participantes a Seguradora realizou estudo para identificar o prazo para efetivação do recebimento das prestações considerando seu vencimento (periodicidade mensal), comparando seu mês de vencimento e mês de recebimento. A revisão da metodologia do estudo ocorre a cada data de balanço e a aplicabilidade da mesma é mensal. Os valores recebidos referentes a parcelas vencidas há mais de 30 dias são inexpressíveis dentro do universo apurado. Logo, com o objetivo de mitigar os riscos de inadimplência, a Seguradora constituiu redução ao valor recuperável em sua integralidade dos valores vencidos há mais de 30 dias. Para os valores vencidos até 30 dias e os vinctados, a metodologia utilizada pela Seguradora foi a segregação da carteira de assistência financeira em duas safra: contratos concedidos anteriores a outubro/2015 (Safra I) e contratos concedidos posteriores a outubro/2015 (Safra II). Este critério é decorrente da observação do cenário de inadimplência. A Seguradora observou que há volatilidades em relação ao período (safra) de concessão. Considerando estes cenários, e tomando por base os recebimentos ocorridos no exercício de 2017, foram calculados os percentuais médios de recebimento, e ainda, a tendência de recebimento para o próximo exercício, utilizando-se como premissa para constituição da redução ao valor recuperável o menor percentual de recebimento dos dois cenários. Abaixo o resumo dos critérios utilizados:

Percentuais de constituição da redução ao Valor Recuperável de Assistência Financeira

Vencimento	Safra I (*)	Safra II (*)
Parcelas vencidas há mais de 30 dias	100%	100%
Parcelas vencidas entre 0 e 30 dias e vincendas	61,62%	2,09%

(*) Entende-se por "Safra I" as assistências financeiras concedidas até outubro/2015, e, "Safra II" as assistências financeiras concedidas a partir de outubro/2015. Em 2016, o estudo de inadimplência para assistência financeira era de 100% para os créditos vencidos há mais de 60 dias e de 19,73% para os vencidos entre 0 e 60 dias e para as parcelas vincendas naquela época.

3.3.4 - Ativos classificados como disponíveis para venda: Ativos classificados como disponíveis para venda são avaliados na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. No caso de investimentos em títulos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que o ativo está deteriorado. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo - medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado. Perdas por *impairment* de instrumentos patrimoniais reconhecidas na demonstração do resultado não são revertidas por meio da demonstração do resultado. No caso de instrumentos de dívida, se, em um período subsequente, o valor justo desse instrumento classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após a perda por *impairment* ter sido reconhecido no resultado, a perda por *impairment* é revertida por meio de demonstração do resultado.

3.4 - Crédito das operações com seguros, resseguros e previdência complementar: Decorrem diretamente das operações da Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S/A sujeitos a redução ao valor recuperável, quando aplicável.

3.5 - Assistência financeira a participantes: Corresponde a assistência financeira concedida a titular de plano de previdência conforme previsto na circular Susep nº 320/2006. Os rendimentos pré-fixados de competência de exercícios futuros, demonstrados em conjunto com o valor principal das operações de crédito e apresentados como redução dos ativos correspondentes.

3.6 - Custos de aquisição diferidos: Compõem os custos de aquisição diferidos os montantes referentes a gastos em que é possível estabelecer uma relação direta e incremental com uma apólice específica. As comissões relativas à comercialização de apólices e bilhetes de seguros, são apropriadas ao resultado como despesa na mesma proporção em que são reconhecidas as receitas de acordo com vigência do risco relacionadas às respectivas apólices e bilhetes.

3.7 - Bens à venda: Os ativos não correntes mantidos para venda são classificados como mantidos para venda se por altamente provável que serão recuperados primariamente por meio de venda. Os ativos mantidos para venda são geralmente mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. As perdas por redução ao valor recuperável apuradas na classificação inicial como mantidos para venda são reconhecidos no resultado. Uma vez classificados como mantidos para venda, ativos intangíveis e imobilizado não são mais amortizados ou depreciados, e qualquer investimento mensurado pelo método da equivalência patrimonial não é mais sujeito à aplicação do método.

3.8 - Investimentos: As participações societárias estão avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. Os resultados de equivalência patrimonial são apresentados nas demonstrações do resultado sob a rubrica "Resultado Patrimonial". Os outros investimentos permanentes estão contabilizados pelo método de custo, e deduzidos, quando houver, de provisão para desvalorização.

3.8.1 - Redução ao valor recuperável: Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e revertida se houver mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

3.9 - Imobilizado: Compreendem equipamentos, móveis e utensílios, máquinas e veículos utilizados na condução dos negócios da Seguradora. O imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Seguradora. A depreciação é calculada com base no método linear ao longo das vidas úteis estimadas dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 13.

3.10 - Intangível: Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente considerando o prazo de vida útil estimada. Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado. As taxas de amortização utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 14.

3.11 - Redução ao valor recuperável (Impairment):

3.11.1 - Ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados no mínimo anualmente para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. No caso de ativos intangíveis em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado no mínimo anualmente. A redução do valor recuperável de ativos (*impairment*) é determinada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa.

3.12 - Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos: A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do período. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. O imposto de renda e contribuição social diferidos ("tributo diferido") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no final de cada período e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada, atualmente 25% para imposto de renda e 20% para contribuição social. A mensuração dos tributos diferidos ativos e passivos refletem as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Seguradora espera, no final de cada período, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

3.13 - Provisões técnicas: As provisões técnicas de seguros de pessoas e previdência complementar aberta são constituídas de acordo com as determinações da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, cuja metodologia de cálculo é descrita em nota técnica atuarial (NTA) do plano aprovado ou elaborada especificamente para a provisão, com base nos critérios estabelecidos pela legislação vigente (Resolução CNSP 321, de 15 de julho de 2015 e Circular SUSEP 517, de 30 de julho de 2015). As provisões cujos vencimentos ultrapassem o prazo de 12 (doze) meses subsequentes às respectivas datas base, foram classificadas no passivo não circulante.

3.13.1 - Reconhecimento dos efeitos inflacionários: Durante o período, as provisões técnicas foram atualizadas com base no IPC-M da Fundação Getúlio Vargas.

3.13.2 - Provisão

matemática de benefícios a conceder (PMBAC): A provisão matemática de benefícios a conceder, relativa aos planos de previdência complementar aberta nas modalidades de contribuição variável ou contribuição definida, representa o montante das contribuições efetuadas pelos participantes, líquidas de carregamento, acrescidas dos rendimentos financeiros gerados pela aplicação dos recursos em fundos de investimento, especialmente constituídos para esse fim, ou acrescidas da remuneração garantida prevista na NTA do plano, respectivamente. A provisão matemática de benefícios a conceder, relacionada aos planos de previdência complementar aberta na modalidade de benefício definido, em regime financeiro de capitalização, representa a diferença entre o valor presente dos benefícios futuros e o valor presente das contribuições futuras, correspondentes às obrigações assumidas sob a forma de planos de renda, de pensão e pecúlio, respeitando as tábuas biométricas, taxas de juros e as características do benefício.

3.13.3 - Provisão matemática de benefícios concedidos (PMBC): A provisão matemática de benefícios concedidos representa o valor presente dos benefícios futuros correspondentes às obrigações assumidas sob a forma de renda, respeitando as tábuas biométricas, taxas de juros e as características do benefício.

3.13.4 - Provisão de sinistros a liquidar (PSL): A provisão de sinistros a liquidar, contabilizada no passivo circulante, corresponde ao valor total dos sinistros, pecúlios e rendas vencidos e ainda não pagos, atualizados monetariamente, líquidos de cosseguros cedidos, brutos de resseguros a recuperar e cosseguros aceitos, com base nos avisos de sinistros cadastrados até a data base das demonstrações financeiras. A baixa das reservas técnicas ocorre pelo efetivo recebimento da indenização pelo seguro ou beneficiário.

3.13.5 - Provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR): A provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR) é constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativo a sinistros ocorridos e ainda não avisados até a data-base das demonstrações financeiras, incluindo as operações de cosseguro aceito, bruto das operações de

resseguro e líquidos das operações de cosseguro cedido. Esta provisão é calculada com base em métodos estatísticos-atuariais, conhecidos como triângulos de run-off, que consideram o desenvolvimento mensal dos sinistros incorridos para estabelecer uma projeção de sinistros futuros por período de ocorrência/aviso. Tal desenvolvimento é feito por montante envolvido de sinistros, observando o período dos últimos 36 meses.

3.13.6 - Provisão de prêmios não ganhos (PPNG): A provisão de prêmios não ganhos é constituída pela parcela do prêmio comercial correspondente ao período de risco ainda não decorrido, calculado pelo método pro rata die, para cobrir o valor a pagar relativo a sinistros e despesas do referido período. Contempla os riscos assumidos na data-base do cálculo, já considerando uma estimativa para os riscos vigentes e não emitidos (PPNG-RVNE) com base no histórico de atraso na emissão de prêmios.

3.13.7 - Provisão Complementar de Cobertura (PCC): A PCC é constituída quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas por meio do valor apurado no Teste de Adequação de Passivos, de acordo com as determinações especificadas na regulamentação em vigor. Essa provisão foi instituída na publicação da Circular SUSEP nº 462/2013, em substituição às Provisões de Insuficiência de Contribuições/ Prêmios (PIC/PIP), que foram extintas.

3.13.8 - Provisão de Despesas Relacionadas (PDR): A PDR é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros.

3.13.9 - Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar (PVR): A PVR abrange os valores referentes aos resgates a regularizar, às devoluções de prêmios ou fundos, às portabilidades solicitadas e, por qualquer motivo, ainda não transferidas para a sociedade seguradora ou entidade aberta de previdência complementar receptora.

3.13.10 - Salvados e Ressarcidos: A Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S/A não opera em ramos que geram salvados e ressarcidos.

3.13.11 - Tábuas, Taxas de Carregamento e Taxas de Juros dos Principais Produtos Comercializados:

Previdência:	Plano	Processo SUSEP	Regime	Tábua Biométrica	Taxa de Juros	Carregamento Máx.
	Pecúlio Individual por Morte	15414.000797/2008-16	Repartição Simples	CSO 80	6% aa	30%
	Pecúlio Individual por Morte	15414.001146/2008-43	Capitalização	CSO 80	6% aa	30%
	PGBL Individual	15414.002473/2009-01	Capitalização	AT 2000 M/F Suavizada	0% aa	10%
	PGBL Coletivo Instituído	15414.002468/2009-91	Capitalização	AT 2000 M/F Suavizada	0% aa	10%

Seguros	Plano / Produto	Processo Susep	Regime	Tábua Biométrica	Taxa de Juros
	API - Bilhete Premiável	15414.900764/2013-35	Repartição Simples	-	-
	Acidente Pessoal Coletivo	001-01947/93	Repartição Simples	-	-
	APC - Especial	15414.000129/2004-65	Repartição Simples	-	-
	APC - Prazo Certo	15414.000149/2009-41	Repartição Simples	-	-
	APC - Cia. Proteção Corporativa	15414.001215/2008-19	Repartição Simples	-	-
	APC - Cia. Capital Global	15414.002496/2008-27	Repartição Simples	-	-
	APC - Vip Mais	15414.004417/2007-31	Repartição Simples	-	-
	BenFeliz VGBL Individual	15414.002464/2009-11	Capitalização	AT 2000 M/F Suavizada	0% aa
	Seguro de Pessoas Flexível	15414.004510/2012-11	Repartição Simples	AT 83 / Álvaro Vindas	-
	Viva Flex - Capital Global	15414.005052/2008-43	Repartição Simples	AT 83 / Álvaro Vindas	-
	VG - Faixa Etária Viva Flex	15414.004535/2007-40	Repartição Simples	AT 83 / Álvaro Vindas	-
	VG - Taxa Média Viva Flex	15414.004708/2007-20	Repartição Simples	AT 83 / Álvaro Vindas	-
	BenFeliz VGBL Coletivo Averbado	15414.002466/2009-00	Capitalização	AT 2000 M/F Suavizada	0% aa
	BenFeliz VGBL Coletivo Instituído	15414.002465/2009-57	Capitalização	AT 2000 M/F Suavizada	0% aa

3.13.12 - Teste de adequação de passivos (Liability Adequacy Test - LAT): A Circular SUSEP nº 517 de 30 de julho de 2015, define regras e procedimentos para realização do teste de adequação de passivo (TAP), a serem observados pelas sociedades seguradoras. As estimativas correntes dos fluxos de caixa consideraram todos os riscos assumidos até a data-base do teste, sendo brutas de resseguro. As premissas relacionadas a despesas, resgates, persistência, portabilidade e opção de conversão em renda foram baseadas na experiência observada pela seguradora ou de mercado, limitada ao período máximo de 3 (três) anos. Para estimativa de mortalidade foi utilizada a tábua BR-EMS e o fluxo de caixa foi descontado a valor presente pela taxa de juros livre de risco desenvolvida com base na estrutura a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de risco definida pela SUSEP. O teste de adequação dos passivos, realizado em 31 de dezembro de 2017, indicou a necessidade de um incremento da Provisão Complementar de Cobertura (PCC) no valor de R\$ 5.613.

Teste de Adequação do Passivo (TAP)	2017	2016
a) taxa de juros contratada para ativos e passivos;	De acordo com a Nota Técnica Atuarial aprovada pela SUSEP	aprovada pela SUSEP
b) taxa de juros esperada para os ativos;	Projeção da SUSEP (ETTJ)	BR-EMS
c) tábua biométrica;	BR-EMS	BR-EMS
d) sinistralidade;	Observação histórica dos 12 últimos meses	Observação histórica dos 12 últimos meses
e) resseguro;	Cálculos Brutos de Resseguro	Cálculos Brutos de Resseguro

3.14 - Depósitos de terceiros: Os depósitos de terceiros referem-se, principalmente a depósitos bancários referentes a recebimentos de prêmios, contribuições e assistência financeira que ainda se encontram em processo de reclassificação.

3.15 - Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais:

- Ativos contingentes:** reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis são divulgados pela Gerência Jurídica da Seguradora;
- Passivos contingentes:** são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com estimativas fundamentadas. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são divulgados pela Gerência Jurídica da Seguradora e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas são divulgados pela Gerência Jurídica, com objetivo de ser observado o critério de provisão estabelecido pela Seguradora;
- Obrigações legais - fiscais:** decorrem de processos judiciais que tenham por objeto o questionamento do cumprimento de obrigações tributárias, sempre correlacionados à sua exigibilidade. A avaliação da probabilidade de êxito é realizada pela Gerência Jurídica e divulgada para as áreas competentes da Seguradora.

3.16 - Provisões para ações judiciais: As provisões para as ações de natureza cível, não relacionadas às indenizações contratuais de sinistros; as ações de natureza trabalhista são avaliadas com base nas opiniões dos advogados lotados na Gerência Jurídica da Seguradora, por seus advogados externos e pela Administração quanto ao provável resultado dos processos judiciais, tomando-se por base proporções e valores obtidos a partir do histórico de desembolsos realizados nos casos encerrados, sempre levando em consideração a natureza dos processos judiciais, a respectiva probabilidade de perda do processo, o desembolso financeiro estimado e o ramo de seguro objeto da demanda, quando aplicável. Esses fatores são calculados a partir da análise da relação dos valores despendidos com os processos encerrados com êxito, acordo judicial ou condenação judicial e as suas correspondentes estimativas históricas de risco. A Contabilização destas provisões de ações judiciais são realizadas nas rubricas Provisões Judiciais, no passivo não circulante, e são considerados os valores atuais estimados em risco das ações judiciais.

5 - Aplicações Financeiras

Em 2017:	Categoria	Nível de Hierarquia	Taxa de Juros	Valor Contábil	Valor Justo	% por Categoria
I- Valor justo por meio do resultado	Fundos de Investimentos	1	-	399.192	399.192	36,68%
	Fundos de Investimentos - DPVAT	-	-	174.048	174.048	15,99%
	Letras Financeiras do Tesouro	1	100% SELIC	98.523	98.523	9,05%
				126.621	126.621	11,64%
	II- Disponível para venda			2.272	2.272	0,21%
	Ações	1	-	1.057	1.057	0,10%
	Fundos de Investimentos	-	-	1.215	1.215	0,11%
	III- Mantido até o Vencimento (a)			686.790	699.036	63,11%
	NTN-B	1	De 5,03% a 6,24% + IPCA	561.129	572.986	51,56%
	Debênture CDI	2	100% CDI	5.229	5.235	0,48%
Debênture IPCA	1	IPCA + 6%	2.009	2.021	0,18%	
CDB CDI	2	101% CDI e 103% CDI	38.064	37.840	3,49%	
CRI	2	IGPM + 7,83%	692	692	0,06%	
RDB	2	100% CDI	7.482	7.482	0,69%	
LF CDI	1	De 104,5% CDI a 106,5% CDI	33.618	33.645	3,09%	
LF IPCA	1	De 4,76% a 6,65% + IPCA	38.567	39.135	3,54%	
			1.088.254	1.100.500	100,00%	

Em 2016:	Categoria	Nível de Hierarquia	Taxa de Juros	Valor Contábil	Valor Justo	% por Categoria
I- Valor justo por meio do resultado	Fundos de Investimentos	1	-	371.921	371.921	36,28%
	Fundos de Investimentos - DPVAT	-	-	114.248	114.248	11,14%
	Letras Financeiras do Tesouro	1	100% SELIC	78.008	78.008	7,62%
				179.665	179.665	17,52%
	II- Disponível para venda			1.902	1.902	0,19%
	Ações	1	-	762	762	0,08%
	Fundos de Investimentos	1	-	1.140	1.140	0,11%
	III- Mantido até o Vencimento (a)			651.401	650.745	63,54%
	Letras Financeiras do Tesouro	1	100% SELIC	76.365	76.267	7,45%
	NTN-B	1	5,58% a 6,25% - + IPCA	412.814	413.277	40,27%
Debêntures	2	-	5.368	5.162	0,52%	
CDB	2	103% CDI	94.410	94.230	9,21%	
CRI	1	IGPM + 7,830647%	712	712	0,07%	
FIDIC	2	-	208	208	0,02%	
RDB	2	100% CDI	47.293	46.669	4,61%	
LF	2	105,5% CDI	-	-	-	
			14.231	14.220	1,39%	
			1.025.224	1.024.568	100%	

(a) Os referidos investimentos estão avaliados na "curva". As aplicações financeiras estão compostas conforme segue, em função dos vencimentos.

Em 2017:	Sem Vencimento	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Fundos de Investimentos	174.048	-	-	-	174.048
Fundos de Investimentos - DPVAT	98.523	-	-	-	98.523
Ações	1.057	-	-	-	1.057
Fundos Previdenciários	1.215	-	-	-	1.215
Letras Financeiras do Tesouro	126.621	-	-	-	126.621
NTN B	-	-	88.475	472.654	561.129
Debêntures	-	-	5.229	2.009	7.238
CDB	-	19.847	18.217	-	38.064
CRI	-	-	-	692	692
RDB	-	-	7.482	-	7.482
LF	-	-	40.444	31.741	72.185
	401.464	19.847	159.847	507.096	1.088.254

continua



CAPEMISA Seguradora de Vida e Previdência S/A
CNPJ: 08.602.745/0001-32

continuação

Em 2016:	Sem Ven- cimento	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Fundos de Investimentos	114.248	-	-	-	114.248
Fundos de Investimentos - DPVAT	78.008	-	-	-	78.008
Ações	762	-	-	-	762
Fúndos Previdenciários	1.140	-	-	-	1.140
Letras Financeiras do Tesouro	-	256.030	-	-	256.030
NTN B	-	148.460	-	264.354	412.814
Debêntures	-	5.368	-	-	5.368
CDB	-	59.855	34.555	-	94.410
CRI	-	-	-	712	712
FIDIC	-	208	-	-	208
RDB	-	40.487	6.806	-	47.293
LF	-	-	14.231	-	14.231
	194.158	100.550	465.450	265.066	1.025.224

5.1 - Movimentação das Aplicações Financeiras	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Mantido até o vencimento	Total
Saldo em 31.12.2015	580.131	10.096	399.727	989.954
Aplicação	319.861	421	470.707	790.989
Resgate	(589.198)	(8.036)	(278.913)	(876.147)
Rendimentos	61.127	(579)	59.880	120.428
Saldo em 31.12.2016	371.921	1.902	651.401	1.025.224
Aplicação	327.648	-	286.012	613.660
Resgate	(342.658)	-	(313.489)	(656.147)
Rendimentos	42.280	371	62.866	105.517
Saldo em 31.12.2017	399.191	2.273	686.790	1.088.254

6 - Prêmios a Receber: 6.1 - Movimentação dos prêmios a receber	2017	2016
Saldo inicial	12.291	7810
Prêmios Emitidos	138.468	140.666
Prêmios Cancelados	(22.072)	(22.110)
Recebimentos	(121.455)	(114.075)
Saldo final	7.232	12.291
Redução ao valor recuperável (a)	(670)	(643)
	6.562	11.648

(a) Constituída conforme os critérios estabelecidos na nota explicativa 3.3.2.

6.2 - Aging de Prêmios a receber	2017	2016
A vencer		
De 1 a 30 dias	4.841	8.370
	4.841	8.370

Vencidos	2017	2016
De 1 a 30 dias	1.792	1.994
De 31 a 60 dias	489	1.284
De 61 a 90 dias	110	643
	2.391	3.921
	7.232	12.291

7 - Créditos das Operações com Previdência Complementar: A composição da rubrica valores a receber está demonstrada a seguir:

	2017	2016
Contribuições riscos vigentes não recebidos	1.292	1.349
	1.292	1.349

A movimentação dos créditos das operações de previdência complementar está demonstrada conforme a seguir:

• Contribuições Riscos Vigentes não Recebidos	2017	2016
Saldo Anterior	1.349	1.257
Emitido	266.814	262.479
Recebimentos	(258.740)	(254.872)
Cancelamento	(8.131)	(7515)
Saldo Final	1.292	1.349

7.1 - Aging de Contribuições a receber

Vencidos	2017	2016
De 1 a 30 dias	529	743
De 31 a 60 dias	763	606
	1.292	1.349

8 - Títulos e Créditos a Receber - Circulante e não Circulante:

8.1 - Títulos e Créditos a Receber	2017	2016
• Circulante:		
Aluguéis a receber	134	134
Dividendos a receber	166	64
Direitos resultantes da venda de imóveis	354	354
Valores a receber (Estacionamento Shopping Paralela) - (b)	-	10.300
Outros créditos a receber - (a)	6.010	610
Redução ao valor recuperável	(671)	(535)
	5.993	10.927

(a) Em 2017, refere-se basicamente a valores a receber de órgãos consignantes. • Não circulante: (b) Está relacionado a venda da participação de 84% da Seguradora, em 2011, no Condomínio do Shopping Paralela em Salvador (BA), sendo o recebimento de 26,78% à vista e o restante em 04 parcelas anuais corrigidas pelo IPCA, tendo sido o Shopping alienado fiduciariamente em garantia pelas parcelas pendentes. Em 2016, a rubrica "títulos e créditos a receber" - não circulante no montante de R\$ 20.803 está representada, basicamente, pelo valor a receber da operação do estacionamento do shopping, pactuada de forma similar ao da venda do shopping, no entanto, o início do recebimento está condicionado à prática de cobrança de tarifas na cidade, o que passou a ocorrer no exercício de 2015. Em 2017, as parcelas vincendas foram recebidas em sua totalidade. 8.2 - Créditos Tributários e Previdenciários: Os créditos tributários são decorrentes de pagamento indevido ou a maior, saldo negativo e créditos tributários de diferenças temporárias, e estão sendo demonstrados a seguir:

Circulante:	2017	2016
IRPJ a compensar	68	3.348
CSLL a compensar	-	5.788
COFINS / PIS a compensar	-	1.554
Outros créditos	54	41
Redução ao valor recuperável	(44)	-
Total do Circulante	78	10.731

Não Circulante:	2017	2016
IRPJ sobre diferenças temporárias	34.437	36.856
CSLL sobre diferenças temporárias	21.607	24.005
Outros créditos	5.247	5.719
Total do Não Circulante	61.291	66.580

A constituição de créditos tributários de ajustes temporais está fundamentada em estudo técnico que leva em consideração as projeções que apontam para a geração de lucros tributáveis suficientes para a compensação dos créditos tributários em até 10 anos. A projeção de prazo para a realização dos créditos tributários está apresentada, conforme quadro a seguir, por ano de realização:

Período	Créditos Tributários	IR diferido	%	Créditos Tributários	CSLL diferida	%
2018	27.189	6.797	19,74%	24.879	4.975	23,08%
2019	3.233	808	2,35%	3.233	485	2,25%
2020	73.775	18.444	53,56%	73.775	11.066	51,33%
2021	14.155	3.539	10,28%	14.155	2.123	9,85%
2022 a 2027	19.397	4.849	14,08%	19.397	2.910	13,50%

Em 2017, o montante de realização dos créditos tributários relacionados a IRPJ e CSLL foi de R\$ 2.419 e R\$ 2.398 respectivamente. 8.3 - Assistência financeira a participantes: A composição das assistências financeiras concedidas a participantes está conforme demonstrado a seguir:

Circulante:	2017	2016
Garantia de averbação	50.076	78.528
Receitas a apropriar	(4.928)	(3.431)
Redução ao valor recuperável	(36.428)	(64.216)
	8.720	10.881

Não circulante:	2017	2016
Garantia de averbação	25.332	14.659
Receitas a apropriar	(5.745)	(2.429)
Redução ao valor recuperável	(2.404)	(2.568)
	17.183	9.662

8.3.1 - Assistências financeiras por vencimento

Vencidos:	2017	2016
De 1 a 60 dias	851	1.482
De 61 a 180 dias	1.018	1.725
De 181 a 360 dias	1.698	3.326
Mais de 360 dias	30.682	56.273

Vencendo: Até 360 dias 15.827 15.722
Mais de 360 dias 25.332 14.659
75.408 93.187

8.4 - Outros créditos: Composto basicamente por: adiantamento a funcionários R\$ 105 (R\$ 295 em 2016), adiantamentos administrativos de R\$ 92 (R\$ 73 em 2016) e saldos bancários bloqueados por decisão judicial R\$ 40 (R\$ 13 em 2016).

9 - Bens a venda (ativos mantidos para venda): Em 2016, a Administração aprovou a alienação do imóvel sede e do imóvel de Brasília. A conclusão da alienação do imóvel sede ocorreu ainda no exercício de 2016, com o aporte do ativo em um fundo imobiliário. Em 2017, a Administração da Seguradora alterou o plano de venda do imóvel de Brasília, por não ter recebido nenhuma oferta razoável para venda do ativo, e com isto o referido ativo deixou de ser considerado como ativo não circulante mantido para venda, tendo em vista que não satisfazia as condições necessárias para tal classificação. A Administração realizou a avaliação do menor valor entre o ajuste pela depreciação que teria sido reconhecida se o ativo não estivesse classificado como mantido para venda e o montante recuperável à data da decisão posterior de não vender, e concluiu que deveria incluir no resultado a despesa no montante de R\$ 23.

10 - Custos de aquisição diferidos: Os custos de aquisição diferidos das operações de seguros, apresentaram a seguinte movimentação:

Em 2017:	2016	Constituições	Baixas	2017
Comissão	304	4.339	(4.278)	365
	304	4.339	(4.278)	365

Em 2016:	2015	Constituições	Baixas	2016
Comissão	180	2.432	(2.308)	304
	180	2.432	(2.308)	304

12 - Investimentos: 12.1 - Participações societárias

Investimentos	Quantidade de ações/quotas	% de participação	Capital Social	Patrimônio líquido	Resultado do Período	Investimento 2017	Investimento 2016	Resultado Patrimonial 2017	Resultado Patrimonial 2016
Capemisa Capitalização S.A.	13.200.000	99,09%	13.258	15.588	706	15.446	14.913	699	270
Seguradora Líder Seguro DPVAT	15.000.000	1,51357%	15.000	24.463	827	432	379	8	34
Consultoria e Serviços Técnicos U9A Ltda	135.345.667	40,5351%	135.346	123.909	-	51.224	51.224	-	-
Capemisa Tecnologia S/A	-	-	-	-	-	-	-	-	54
Redução ao valor recuperável	-	-	-	-	-	(51.224)	(51.224)	-	-
Total						15.878	15.292	707	358

• Capemisa Capitalização S/A - Constituída em 19 de abril de 2011, com capital social de R\$ 13.258, dividido em 13.200.000 ações ordinárias, sem valor nominal. A Seguradora possui o controle acionário com 99,09% das ações. A SUSEP através da Portaria nº 4.089, de 7 de julho de 2011, concedeu a Capemisa Capitalização S/A a autorização para operar com planos de capitalização em todo o território nacional. Em 20 de março de 2014, a Portaria SUSEP nº 5.784 aprovou o aumento de capital de R\$ 1.258, com a emissão de 1.200.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. A Capemisa Seguradora possui 13.080.000 ações ordinárias nominativas da Capemisa Capitalização S/A. • Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT: A partir de janeiro de 2010 passamos a operar com o convênio DPVAT. Conforme carta PRESI nº 158/2017 a Capemisa Seguradora passou a deter 227.036 ações da Seguradora Líder - DPVAT, o que corresponde a 1,51357% (1,35882% em 2016) do capital da referida companhia.

• Consultoria e Serviços Técnicos U9A Ltda.: A investida possui o montante de 135.345.667 quotas. A Capemisa Seguradora realizou a integralização de R\$ 54.863 referente à 54.862.506 quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada. Capemisa Seguradora rescindiu sua intenção de aquisição da carteira de planos de do Grupo Aplub em 08 de outubro de 2015, o que foi referendado pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP conforme o que consta no processo SUSEP nº 15414.002177/2014-60, em especial a decisão do Conselho Diretor da SUSEP de 07 de dezembro de 2015. Posteriormente, o Conselho de Administração da Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S/A decidiu pela dissolução parcial de U9A, com a retirada da companhia da sociedade que mantém com pessoas relacionadas ao Grupo APLUB. Diante das inúmeras tentativas frustradas de promover a sua retirada do quadro de sócios da U9A, com a celebração da alteração de contrato social correspondente, Capemisa Seguradora, em 2017, promoveu a notificação extrajudicial da U9A e de seus demais sócios, formalizando o seu legítimo interesse em retirar-se daquela sociedade e requerendo a adoção das medidas necessárias para tanto, e estuda as alternativas cabíveis para a defesa de seus interesses e atingimento do seu objetivo. Sendo assim, considerando-se que, em 2015 e nas circunstâncias atuais: (i) não é possível determinar o montante a ser ressarcido à Capemisa Seguradora no processo de dissolução parcial de U9A e (ii) U9A não apresenta expectativa de geração futura de caixa, a administração da Capemisa Seguradora decidiu manter a provisão para perda de 100% (cem por cento) do valor do investimento, no montante de R\$ 51.224, realizado em 2015 em contrapartida da conta de outros investimentos - redução

13 - Imobilizado	Taxa de Depreciação	Saldo em 2016	Aquisição	Baixa	Transferência	Saldo em 2017
Terenos	-	760	234	-	-	994
Edificações	4% a.a.	501	352	-	-	853
Equipamentos	10% a.a.	10.720	720	(78)	-	11.362
Móveis, máquinas e utensílios	10% a.a.	4.137	49	(26)	7	4.167
Veículos	20% a.a.	6	4	(3)	-	7
Imobilizações em curso	-	7	-	-	(7)	-
Outras imobilizações	(*)	1.226	340	(472)	-	1.094
		17.357	1.699	(579)	-	18.477
Depreciação/Amortização Acumulada		(10.697)	(1.840)	266	-	(12.271)
		6.660	(141)	(313)	-	6.206

(*) As taxas de depreciação de outras imobilizações são parametrizadas com base nos contratos firmados.

14 - Intangível

Descrição	Taxa de Depreciação	Saldo em 2016 (Reapresentado)	Aquisição	Baixa	Transferência	Saldo em 2017
Despesa com desenvolvimento para sistema de computação	-	183	734	(60)	-	857
Direito de uso de exclusividade (a)	20% a.a.	-	1.000	-	-	1.000
Outros Intangíveis	20% a.a.	10.780	1.142	(434)	-	11.488
		10.963	2.876	(494)	-	13.345
Amortização Acumulada		(6.874)	(2.056)	222	-	(8.708)
		4.089	820	(272)	-	4.637

(a) Refere-se ao direito de exclusividade para uso do balcão, conforme parceria assinada ao final de 2017. O prazo do contrato é de 5 anos.

15 - Obrigações a pagar: O saldo está apresentado conforme demonstrado a seguir:

	2017	2016
Fornecedores	6.139	5.919
Dividendos a pagar	2.154	-
Pagamentos a efetuar	309	249
Participação nos lucros a pagar	2.317	2.192
Remunerações a pagar	324	2.371
	11.243	10.731

16 - Impostos e encargos sociais a recolher: O saldo está apresentado conforme demonstrado a seguir:

	2017	2016
Imposto de renda retido	1.086	2.623
Imposto sobre serviço retido	49	115
Imposto sobre operações financeiras	35	83
Contribuições previdenciárias e FGTS	1.712	3.090
Outros impostos e encargos sociais	62	82
	2.944	5.993

17 - Encargos trabalhistas: O saldo está apresentado por provisão de férias e encargos sociais desta provisão.

18 - Empréstimos e Financiamentos

Circulante:	2017	2016
Financiamento para aquisição de ativos	825	854
Não Circulante:		
Financiamento para aquisição de ativos	605	1.428
	1.430	2.282

A Seguradora mantém os seguintes contratos de Leasing, cuja contabilização se deu no ativo imobilizado devido a classificação como Arrendamento Mercantil "Financeiro". Os ativos referem-se a equipamentos de computação e estão apresentados a seguir:

Contrato	Custo Estimado	Moeda	Quantidade de Parcelas	Parcelas em aberto em 2017	Saldo em 2017	Saldo em 2016
SR01V6	414	Real	60	20	139	221
SR02V6	2.323	Real	60	21		

continuação


 CAPEMISA Seguradora de Vida e Previdência S/A
 CNPJ: 08.602.745/0001-32

Seguros

	Posição em 31/12/2017			
	Ocorrência entre 12/2013 e 12/2014	Ocorrência entre 12/2014 e 12/2015	Ocorrência entre 12/2015 e 12/2016	Ocorrência entre 12/2016 e 12/2017
Avisados (Até)				
No ano do evento	35.415	41.274	46.080	45.069
Após um ano	11.052	12.729	13.358	
Após dois anos	1.586	1.843		
Após três anos	698			

Seguros

	Posição em 31/12/2017			
	Ocorrência entre 12/2013 e 12/2014	Ocorrência entre 12/2014 e 12/2015	Ocorrência entre 12/2015 e 12/2016	Ocorrência entre 12/2016 e 12/2017
Pagamentos				
No ano do evento	25.362	32.771	38.210	37.225
Após um ano	17.146	16.029	16.029	
Após dois anos	2.001	1.913		
Após três anos	948			

23 - Outros débitos - circulante e não circulante: As rubricas "Provisões Judiciais" e "Outros Débitos" estão compostas conforme demonstrado a seguir:

	Circulante		Não Circulante	
	2017	2016	2017	2016
Obrigações fiscais (a)	6.974	7.405	8.008	32.019
Provisões trabalhistas (b)	-	-	1.672	1.613
Provisões cíveis (b)	-	-	12.526	7.609
Outras provisões (b)	-	-	92.547	86.656
	6.974	7.405	114.753	127.897

a- Obrigações fiscais: • CSLL e IRPJ - A Seguradora em 2013 solicitou a Receita Federal do Brasil (RFB) parcelamento de tributos passivos no montante de R\$ 15.604, sendo R\$ 9.522 de IRPJ e R\$ 6.082 de CSLL. Tal solicitação de parcelamento foi concedida pela RFB em 36 parcelas atualizadas mensalmente. Em 2016 a Seguradora quitou integralmente o referido parcelamento, sendo R\$ 5.299 de IRPJ, e R\$ 3.385 de CSLL. Em 2016, em função da reapuração dos cálculos de IRPJ e CSLL a Seguradora identificou débito relacionado aos exercícios de 2011, 2012 e 2013 no montante de R\$ 31.762 e solicitou um novo parcelamento a Receita Federal do Brasil (RFB). O parcelamento foi concedido em 60 parcelas atualizadas mensalmente, e o saldo em 2016 era R\$ 29.887. • A Medida Provisória nº 766, de 04 de janeiro de 2017, instituiu o Programa de Regularização Tributária (PRT) destinado à regularização de débitos tributários provenientes de débitos vencidos até 30 de novembro de 2016, constituídos ou não, provenientes de parcelamentos, lançamentos de ofício efetuados após 30 de novembro de 2016, débitos relativos à Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF), os quais poderiam ser pagos nas diversas modalidades de pagamento previstas na Instrução Normativa RFB nº 1.687, de 31 de janeiro de 2017. O PRT prevê a possibilidade de quitação de débitos com a utilização de créditos de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) existentes até 31 de dezembro de 2015 e declarados até 29 de julho de 2016. Para liquidação sob essa forma, os créditos tributários podem ser do próprio contribuinte, ou do responsável tributário ou corresponsável pelo respectivo débito, bem como de empresa controladora e controlada de forma direta ou indireta ou de empresas que sejam controladas direta ou indiretamente por uma mesma empresa, em 31 de dezembro de 2015, domiciliadas no Brasil, desde que se mantenham nessa condição até a data da opção pela liquidação. A Seguradora aderiu ao PRT em 23 de maio de 2017, com o objetivo de liquidação dos seguintes débitos tributários: (i) parcelamentos vinculados a débitos de IRPJ e CSLL, no montante total de R\$ 28.909; (ii) débitos relacionados a tributos federais, com desfecho desfavorável à Companhia em exercícios anteriores, no montante de R\$ 16.322; e (iii) débitos incluídos no Programa de Recuperação Fiscal - Refis (Lei nº 12.996/2014), no montante de R\$ 1.248. A modalidade de pagamento adotada pela Companhia foi a liquidação de 24% do valor da dívida consolidada, em 24 prestações mensais e sucessivas; e a liquidação do valor remanescente através da utilização de créditos próprios de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL, sob as alíquotas de 25% e 20%, respectivamente. O montante total das obrigações incluídas no PRT, na data de adesão, foi de R\$ 46.479, sendo: (i) o valor de R\$ 11.155, a ser liquidado em 24 parcelas de R\$ 465, atualizadas mensalmente pela Taxa Selic; e (ii) o valor de R\$ 33.324, a ser liquidado através de créditos de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL. O saldo remanescente, em 2017, é de R\$ 7.828. • REFIS - Em 2014, a Seguradora fez opção ao REFIS correspondente a débitos de PIS/COFINS do ano de 2010, no total de R\$ 1.312, a ser pago em 180 parcelas mensais. O saldo do REFIS é de R\$ 1.498 em 2016. Em 2017, o referido débito foi incluído no Programa de Regularização Tributária (PRT). • COFINS - Refere-se ao débito de COFINS junto a Receita Federal do Brasil (RFB). O saldo do referido débito é de R\$ 6.713 (R\$ 7.437 em 2016). • Outros tributos - A Seguradora possui outros parcelamentos junto a Receita Federal do Brasil (RFB) que montam em R\$ 441 (R\$ 602 em 2016). **b- Provisões fiscais, trabalhistas e cíveis:** Segundo os advogados da Seguradora, as contingências passivas existentes estão compostas da seguinte forma:

Em 2017:	Expectativas de Perdas					
	Prováveis		Possíveis		Remotas	
	Estimado	Contabilizado	Estimado	Contabilizado	Estimado	Contabilizado
Processos						
Fiscais	92.547	92.547	-	-	-	-
Trabalhistas	1.672	1.672	767	-	12.361	-
Cíveis	12.526	12.526	6.678	-	26.573	-
Total	106.745	106.745	7.445	-	38.934	-

Em 2016:	Expectativas de Perdas					
	Prováveis		Possíveis		Remotas	
	Estimado	Contabilizado	Estimado	Contabilizado	Estimado	Contabilizado
Processos						
Fiscais	86.656	86.656	-	-	-	-
Trabalhistas	1.613	1.613	1.239	-	2.781	-
Cíveis	7.571	7.571	5.249	-	18.172	-
Total	95.840	95.840	6.488	-	20.953	-

As naturezas dos processos assim estão resumidas: • **Fiscais:** O montante de R\$ 92.547 (R\$ 86.656 em 2016), classificado como perda provável é referente à Liminar com Antecipação de Tutela em processo, o qual questiona a aplicação do art. 3º, § 1º da Lei nº 9.718/1998, que promoveu o indevido alargamento da base de cálculo do COFINS sobre a totalidade da receita. Até que seja transitado em julgado esta demanda judicial, contabilizamos as atualizações totalizando o débito no montante de R\$ 92.547 (R\$ 86.656 em 2016), com os referidos depósitos em juízo. • **Trabalhistas:** O montante de R\$ 1.672 (R\$ 1.613 em 2016), classificado como perda provável, R\$ 767 (R\$ 1.239 em 2016), classificado como perda possível e R\$ 12.361 (R\$ 2.781 em 2016) classificado como perda remota, referem-se a contingências em curso em diversas Varas da Justiça do Trabalho e Tribunais Regionais, que tratam pleitos de horas extraordinárias e equiparações salariais, que implicam em análise de caso a caso, não se aplicando jurisprudência, mas sim em decorrência dos elementos constantes das reclamações. • **Cíveis:** Os montantes de R\$ 12.526 (R\$ 7.571 em 2016), classificado como perda provável, R\$ 6.678 (R\$ 5.249 em 2016), classificado como perda possível, e R\$ 26.573 (R\$ 18.172 em 2016) classificado como perda remota, versam sobre ações onde os autores requerem a restituição de contribuições, indenização por dano moral, revisão contratual, cancelamento de descontos, pagamento de seguro, pecúlio e pensão sem cobertura ou contrato. Os processos com possibilidade de perda possível tratam-se de demandas onde a Capemisa foi derrotada em 1ª instância, porém recorreu e aguarda julgamento do recurso. Os processos com possibilidade de perda provável tratam-se de demandas onde a Capemisa foi derrotada em 1ª e 2ª instâncias e a possibilidade de reverter o quadro desfavorável é pequena.

24 - Aposentadorias e Pensões FUCAP: A Seguradora é patrocinadora do plano de complementação de aposentadoria e pensões para seus funcionários na modalidade de Benefícios Definidos. Os regimes financeiros adotados para determinação do custeio de plano, são de capitalização para as aposentadorias e pensões por morte e de repartição simples para os benefícios de auxílio-doença. A contribuição da empresa foi na ordem de R\$ 1.607 (R\$ 2.123 em 2016). Os ativos do plano encontram-se aplicados em renda fixa, títulos de renda fixa, renda variável e empréstimos aos participantes no montante de R\$ 231.357 (R\$ 224.748 em 2016). A posição patrimonial do plano é de R\$ 232.974 (R\$ 226.376 em 2016), apresentando Superávit na ordem de R\$ 4.621 (Superávit de R\$ 19.001 em 2016). As provisões matemáticas montaram em R\$ 201.870 (R\$ 203.427 em 2016), contemplando as reservas de Benefícios Concedidos no valor de R\$ 142.429 (R\$ 119.511 em 2016), Benefícios a Conceder no valor de R\$ 59.441 (R\$ 83.916 em 2016). A Seguradora patrocina o plano de complementação de aposentadoria na modalidade Contribuição Definida. A contribuição da empresa foi na ordem de R\$ 652 (R\$ 174 em 2016). Os ativos do plano encontram-se aplicados em renda fixa, títulos de renda fixa e montam em R\$ 2.967 (R\$ 1.575 em 2016). A posição patrimonial do plano é de R\$ 2.985 (R\$ 1.575 em 2016). As provisões matemáticas montaram em R\$ 2.881 (R\$ 1.462 em 2016), contemplando as reservas de Benefícios a Conceder no valor de R\$ 2.881 (R\$ 1.462 em 2016) e o Fundo Administrativo de R\$ 104 (R\$ 90 em 2016).

25 - Garantia das provisões técnicas: A Seguradora possui os ativos discriminados a seguir:

	2017	2016
		(Reapresentado)
DPVAT	98.391	77.991
PGBL/VGBL	21	27
Renda Fixa	799.643	807.793
Renda Variável	1.057	762
Outros	31.163	8.473
Total dos Ativos Oferecidos em Cobertura	930.275	895.046

26 - Principais Ramos de Atuação: A Seguradora vem operando com os ramos de seguros cujos Prêmios Ganhos e os índices dos seus principais carregamentos são discriminados a seguir:

Em 2017:

Ramos	Prêmios Ganhos	Sinistros %	Comissões %
93 VG	47.350	82%	21%
82 AP - Coletivo	43.500	34%	32%
88 DPVAT	32.251	84%	1%
29 Auxílio Funeral	12.960	63%	23%
90 Eventos Aleatórios	5.768	37%	13%
84 Doenças Graves	5.624	20%	24%
87 Desemprego	1.667	27%	15%
81 AP- Individual	1.180	28%	39%
77 Prestamista	1.785	14%	2%

Em 2016:

Ramos	Prêmios Ganhos	Sinistros %	Comissões %
88 DPVAT	60.861	86%	1%
82 AP - Coletivo	45.672	23%	11%
93 VG	44.666	90%	12%
29 Auxílio Funeral	12.535	68%	19%
90 Eventos Aleatórios	9.345	25%	11%
84 Doenças Graves	4.934	22%	28%
87 Desemprego	2.346	10%	7%
81 AP- Individual	839	29%	45%

27 - Patrimônio Líquido: 27.1 - Capital Social: O Capital Social da Seguradora é de R\$ 270.797 (R\$ 638.363 em 2016), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 638.362.669 ações ordinárias sem valor nominal e está assim composto: 635.122.669 ações para a acionista controladora Capemisa - Instituto de Ação Social e 3.240.000 ações para a acionista Associação Clube Salutar. **27.2 - Redução de capital social:** Em 31 de março de 2017, foi aprovada previamente, pela Superintendência de Seguros Privados - Susep, a redução de capital social da Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S/A, no valor de R\$ 367.566, sem a alteração do número de ações de emissão da Companhia, para a absorção dos prejuízos acumulados, de mesmo valor, conforme registrado nas demonstrações financeiras, originalmente apresentadas em 31 de dezembro de 2016. Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 31 de março de 2017, às 10 horas, na sede da Companhia, os acionistas deliberaram pela redução de capital social e o referido ato societário foi submetido à Autarquia, em 18 de abril de 2017, para apreciação. Através da Portaria SUSEP/DIORG nº 525, de 22 de agosto de 2017, a Susep aprovou a redução do capital social da Seguradora no montante de R\$ 367.566, passando-o para R\$ 270.797. **27.3 - Dividendos:** De acordo com o Estatuto Social, são assegurados aos acionistas o recebimento de um dividendo anual mínimo obrigatório equivalente a 30% do lucro líquido de cada exercício social, ajustado conforme legislação societária e estatuto social. O Estatuto Social ainda autoriza a Seguradora, mediante proposta do Conselho de Administração, aprovada pela Assembleia Geral, a declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço. Abaixo apresentamos o cálculo dos dividendos:

	2017	2016
Lucro líquido do exercício	40.889	40.889
Compensação de prejuízos acumulados	(14.738)	(14.738)
Lucro líquido	26.151	26.151
Constituição da reserva legal	(1.308)	(1.308)
Base de cálculo dos dividendos	24.843	24.843
Dividendos mínimos (30%)	7.453	7.453

28 - Patrimônio Líquido Ajustado - PLA: Apresentamos a posição do patrimônio líquido ajustado da Capemisa Seguradora em conformidade com a Resolução CNSP nº 343, de 26.12.2016:

	2017	2016
Patrimônio líquido:	289.495	256.059
- Ajustes Contábeis	(24.285)	(22.257)

Participações societárias em sociedades financeiras e não financeiras classificadas como investimentos de caráter permanente, nacionais ou no exterior, considerando a mais-valia e o goodwill, bem como a redução ao valor recuperável (15.878) (15.292)

Despesas antecipadas (3.770) (2.870)

Ativos Intangíveis (4.637) (4.089)

Obras de arte - (6)

- Ajustes associados à variação dos valores econômicos 5.395 1.071

Diferença entre valor de mercado e valor dos ativos financeiros mantidos até o vencimento 6.735 (307)

Redução no TAP referente à diferença de marcação dos ativos vinculados (6.724) -

Superávit de fluxos prêmios/contribuições não registrados apurado no TAP 4.075 -

Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios e contribuições registradas 1.309 1.378

Patrimônio líquido ajustado **270.605** **234.873**

29 - Adequação de Capital:

	2017	2016
Capital Base (a)	15.000	15.000
Capital de Risco (b)	83.810	98.859
CR Subscrição (i)	61.288	71.955
CR Crédito (ii)	23.801	30.776
CR Operacional (iii)	1.162	1.346
CR Mercado (iv)	17.477	17.087
Patrimônio líquido ajustado	270.605	234.873
Capital mínimo requerido (v) - CMR: maior entre (a) e (b)	83.810	98.859
Suficiência de capital - R\$	186.795	136.014

(a) A Resolução CNSP nº 321/2015 de 15 de julho de 2015, alterada pela Resolução CNSP nº 343 de 26 de Dezembro de 2016, dispõe que o Capital Base é o montante fixo de capital que a sociedade supervisionada deverá manter, a qualquer tempo; (b) A Resolução CNSP nº 321/2015 de 15 de julho de 2015, alterada pela Resolução CNSP nº 343 de 26 de Dezembro de 2016, dispõe que Capital de Risco é o montante variável de capital que a sociedade supervisionada deverá manter, a qualquer tempo, para garantir os riscos inerentes à operação; (i) A Resolução CNSP nº 321/2015 de 15 de julho de 2015, alterada pela Resolução CNSP nº 343 de 26 de Dezembro de 2016, dispõe sobre os critérios de estabelecimento do capital de risco de subscrição das operações de seguro e previdência complementar realizadas pelas sociedades seguradoras e entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização e resseguradoras locais. (ii) A Resolução CNSP nº 321/2015 de 15 de julho de 2015, alterada pela Resolução CNSP nº 343 de 26 de Dezembro de 2016, dispõe sobre os critérios de estabelecimento do capital adicional baseado no risco de crédito das sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização e resseguradoras locais. (iii) A Resolução CNSP nº 321/2015 de 15 de julho de 2015, dispõe sobre os critérios de estabelecimento do capital de risco baseado no risco operacional das sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização e resseguradoras locais. (iv) A Resolução CNSP nº 321/2015 de 15 de julho de 2015, alterada pela Resolução CNSP nº 343 de 26 de Dezembro de 2016, dispõe, sobre os critérios de estabelecimento do capital adicional baseado no risco de mercado das sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização e resseguradoras locais. O Art. 50, parágrafo 4º da Resolução CNSP nº 321/2015 dispõe que entre as datas de 31.12.2016 e 30.12.2017 somente 50% do capital adicional baseado no Risco de Mercado deverá ser utilizado no cálculo do Capital Mínimo Requerido. (v) A Resolução CNSP nº 321/2015 de 15 de julho de 2015, alterada pela Resolução CNSP nº 343 de 26 de Dezembro de 2016, dispõe sobre o capital mínimo requerido para autorização e funcionamento e sobre o plano de regularização de solvência das sociedades seguradoras, das entidades abertas de previdência complementar, das sociedades de capitalização e dos resseguradores locais. Capital Mínimo Requerido (CMR) é o capital total que a sociedade supervisionada deverá manter, a qualquer tempo, para operar, sendo equivalente ao maior valor entre o Capital Base e o Capital de Risco. **30 - Transações com partes relacionadas:** A Seguradora possui operações com partes relacionadas, realizadas em condições compatíveis com as de mercado. Os saldos decorrentes de tais transações estão demonstrados a seguir:

Partes relacionadas	Ativo		Passivo		Despesas	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Capemisa Instituto de Ação Social	60	87	2.126	26	-	-
Capemisa Capitalização S.A	408	364	205	222	1.197	1.198
Associação Clube Salutar	-	-	29	-	-	-

30.1 - Remuneração do pessoal-chave da administração: A remuneração do pessoal chave da administração, está demonstrada a seguir:

	2017	2016
Salários e outros benefícios de curto prazo	6.818	7.884

31 - Demonstração de Resultado: Detalhamos as rubricas das demonstrações de resultados julgadas relevantes.

	2017	2016
a - Sinistros Ocorridos	2017	2016
Indenizações avisadas	(64.810)	(61.652)
IBNR	(1.598)	(1.910)
DPVAT	(27.212)	(52.381)
Despesas com benefícios	(75.054)	(84.806)
Provisão matemática de benefícios concedidos	(2.686)	(5.611)
	(171.360)	(206.360)

b - Custo de Aquisição

	2017	2016
Comissões	(20.068)	(19.871)
Outras	(14.710)	(1.526)
	(34.778)	(21.397)

c - Outras Receitas e Despesas Operacionais

	2017	2016
Outras Receitas Operacionais	(Reapresentado)	
Outras receitas operacionais de seguros	533	945
Outras receitas operacionais de previdência	282	337
Receitas consórcio DPVAT	9.535	7.487
	10.350	8.769

	2017	2016
Outras Despesas Operacionais	(Reapresentado)	
Outras despesas consórcio DPVAT	(7.112)	(8.770)
Administração de apólices	(8.956)	(15.498)
Outras despesas operacionais de seguros	(5.921)	(5.261)
Outras despesas operacionais de previdência	(2.768)	(3.588)
Constituição (reversão) de redução ao valor recuperável prêmios a receber	23	379
Constituição (reversão) redução ao valor recuperável de contribuições a receber	-	619
Provisões cíveis	(6.000)	(1.106)
Outras despesas	(3.022)	(3.857)
	(33.756)	(37.045)
	(23.406)	(28.313)

d - Despesas Administrativas

	2017	2016
--	------	------

continuação



CAPEMISA Seguradora de Vida e Previdência S/A
CNPJ: 08.602.745/0001-32

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Administradores da Capemisa Seguradora Vida e Previdência S/A. Escopo da Auditoria. Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S/A, em 31 de dezembro de 2017, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Responsabilidade da Administração: A Administração da Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S/A é responsável pelas provisões técnicas e pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, e pelos controles internos serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuariários independentes: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no escopo deste parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

A auditoria atuarial em uma empresa de seguros e previdência envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuariário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro.

Nessas avaliações de risco, o atuariário considera que os controles internos da Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S/A são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião da auditoria atuarial.

Opinião: Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S/A em 31 de dezembro de 2017 foram elaborados, nos aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA.

Outros assuntos: No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S/A e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que as informações selecionadas em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de parâmetro para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à Susep por meio dos respectivos Quadros Estatísticos, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 2018.

HR Serviços Atuariais Ltda.
CIBA nº 43 – CNPJ nº 36.252.526/0001-06
Empresa Certificada pelo IBA

Heitor Coelho Borges Rigueira
MIBA nº 380 – CPF nº 097.408.307-06
Atuariário Certificado pelo IBA

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Em atendimento ao disposto na Resolução CNSP Nº 321/2015 e considerando que compete ao Comitê de Auditoria avaliar a qualidade e integridade das demonstrações financeiras das empresas do Grupo Capemisa, formado pela Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S/A e a empresa controlada Capemisa Capitalização S/A, observando o cumprimento das normas e exigências do Órgão Regulador, dos regulamentos e controles internos, dos riscos, e principalmente de sua total independência. No exercício de 2017 foram realizadas reuniões mensais com o Diretor Presidente e reuniões com os Gestores das áreas de Auditoria e Controles Internos, além da avaliação por parte do Comitê dos relatórios gerados pelas áreas acima mencionadas, bem como pela Auditoria Independente e pela Ouvidoria. Na Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S/A, devem ser destacados os seguintes tópicos: 1 – Avaliação positiva das políticas contábeis aplicadas pelos Auditores Independentes e das recomendações de providências adotadas pela Administração, com acompanhamento do seu cumprimento, auferindo a relevância dos riscos por nós identificados. 2 – No processo de registro contábeis, para a formação de informações patrimoniais, base das demonstrações financeiras, foram observados e atendidos os ditames da Circular SUSEP Nº 517, e suas alterações, que dispôs sobre as Normas Contábeis aplicadas às sociedades seguradoras, sociedades de capitalização, entidades abertas de previdência complementar e resseguros locais. Observa-se que a capacidade econômica e financeira da Cia mantêm as coberturas de reservas de acordo com as boas práticas de gestão de Ativos e Passivos, com os riscos administrados e mitigados de acordo com as

normas da SUSEP. Em 2017, apresentou o montante de R\$ 930.275 milhões (R\$ 895.046 milhões em 2016), referente aos recursos garantidores, o que ratifica a solvência do Grupo para cobertura de suas responsabilidades. Apesar do exercício de 2017 ter apresentado uma conjuntura econômica de queda expressiva nas taxas de juros, a Companhia alcançou o resultado financeiro de R\$ 45,25 milhões contra R\$ 48,01 milhões obtidos no exercício de 2016. 3 – O Retorno sobre o Patrimônio Líquido, que é a capacidade de agregar valores a partir de seus próprios recursos e do dinheiro de investidores em 2017 foi na ordem de 25,7%, tendo um Lucro Líquido de R\$ 40,89 milhões. Na Capemisa Capitalização S/A, quanto as análises realizadas, não foram detectados quaisquer fatos relevantes a serem registrados. O Parecer recebido dos Auditores Independentes, Baker Tilly Brasil RJ, datado de 16 de fevereiro de 2018, referente às Demonstrações Financeiras do exercício de 2017, apresentam adequadamente os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S/A e da Capemisa Capitalização S/A. Recomendamos a aprovação pelo Conselho de Administração, das Demonstrações Financeiras, das empresas Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S/A e da Capemisa Capitalização S/A, do exercício de 2017, bem como dar continuidade nas melhorias sistêmicas para segurança da informação da empresa Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S/A e controladas. Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 2018. João Bosco Lopes – Membro do Comitê de Auditoria; Jorge Ricardo Bezerra de Souza – Membro do Comitê de Auditoria; Elson Barbosa Batista – Membro do Comitê de Auditoria.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Acionistas da CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S.A. Rio de Janeiro - RJ. **Opinião.** Examinamos as demonstrações financeiras da CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S.A. (“Seguradora”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S.A. (“Seguradora”) em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). **Base para opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **ênfase. Reapresentação das demonstrações financeiras.** Em 21 de fevereiro de 2017 emitimos relatório de auditoria sem modificações sobre as demonstrações financeiras da CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, que ora estão sendo reapresentadas para a correção dos assuntos descritos na nota explicativa nº 2.1.1.1 – Retificação de Erro. Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, examinamos também os ajustes descritos na nota explicativa nº 2.1.1.1 que foram efetuados para alterar as informações contábeis de 31 de dezembro de 2016 e os saldos iniciais de 1º de janeiro de 2016 do balanço patrimonial (que foram derivados das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015). Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor.** A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras.** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos determinados pelo Órgão como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Seguradora continuar operando, divulgando, quando

aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 2018.



Baker Tilly Brasil RJ Auditores Independentes - CRC-RJ 005.333/O-0
Sheila Conceição Conrado Santos Buzzi
Contadora- CRC-RJ 086.265/O-4

IBGE

Produção industrial cai 1,8% em janeiro

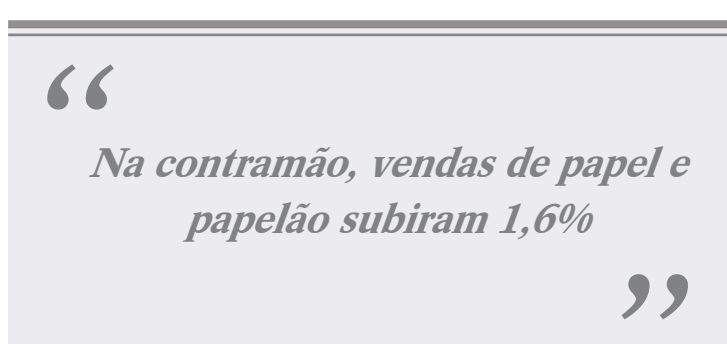
Produção de aço, por exemplo, encolheu 2,7% na passagem de dezembro de 2017 para janeiro

A produção industrial, conforme medida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), deverá registrar queda de 1,8% em janeiro, na comparação com dezembro. A projeção foi apontada pelo Indicador Ipea de Produção Industrial de janeiro, calculado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), informou ontem o Grupo de Conjuntura do órgão.

Para calcular o Indicador Ipea de Produção Industrial, os pesquisadores usam

dados coincidentes, como produção de aço e importação de bens intermediários. Segundo o Grupo de Conjuntura, houve queda generalizada nos indicadores coincidentes em janeiro.

A produção de aço, por exemplo, encolheu 2,7% na passagem de dezembro de 2017 para janeiro, conforme o Instituto Aço Brasil (IABr). A quantidade importada de bens intermediários caiu 1,4%, segundo a Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex). Já a Associação Nacional dos



Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) apontou recuo de 2,3% na produção da indústria automobilística, na mesma base de comparação. Na contramão, lembraram

os pesquisadores do Ipea, as vendas de papel e papelão subiram 1,6%, de acordo com os dados da Associação Brasileira do Papelão Ondulado (ABPO).

A projeção de queda na série com ajuste sazonal não interrompe o momento de recuperação da atividade industrial neste início de ano, segundo o Ipea, em parte porque compensa a forte alta de 2,8% em dezembro ante novembro. Com isso, mesmo com a baixa em janeiro, o trimestre móvel encerrado mês passado registra alta de 2,1% no Indicador Ipea de Produção Industrial.

Além disso, o índice apontou alta de 5,4% em relação a janeiro de 2017. Na comparação com os níveis regis-

trados no início do ano passado, todos os indicadores coincidentes estão no terreno positivo.

O único a apontar queda tem correlação invertida com as projeções de produção industrial: o indicador de estoques, medido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), que caiu 10,2% ante janeiro de 2017. “Vale destacar que, nesse caso, o recuo de 10,2% é início de aquecimento da atividade industrial”, disse o texto publicado ontem no blog da Carta de Conjuntura do Ipea.

CONGRESSO

Maia diz que Câmara vai trabalhar em projeto de lei para discutir as despesas obrigatórias

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse ontem que pediu a técnicos da Casa para preparar alternativas para reduzir as despesas obrigatórias do governo. Os estudos, no entanto, ainda estão em fase inicial.

De acordo com Maia, os técnicos já haviam começado a trabalhar em uma emenda

constitucional para discutir despesas obrigatórias, mas os trabalhos foram suspensos devido à intervenção federal no Rio de Janeiro. “Agora, vamos ter que trabalhar em cima de projetos de lei e de lei complementar.”

Maia destacou que, se nada for feito para reduzir os gastos do governo, o país enfrentará problemas gra-

ves em 2019, referindo-se, principalmente, ao descumprimento da regra de ouro e do teto dos gastos. “A projeção é que o teto de gastos para o próximo ano já esteja explodido em mais de R\$ 20 bilhões.”

Na avaliação de Maia, construir soluções sem que para isso seja necessário alterar a Constituição é determi-

nante. “Cumprir essas duas regras é muito importante. Elas são uma sinalização de segurança jurídica e de ambiente melhor de negócios para o setor privado.”

De acordo com Maia, a reatuação da folha de pagamento é o único tema do lado da despesa que a Câmara tem condições de votar, por enquanto. “O projeto já

está pronto. Pretendo votar urgência. O acordo está bem avançado para que tenhamos o texto aprovado em uma ou duas semanas”, disse Maia.

O presidente da Câmara repetiu ainda que o projeto da reatuação da folha de pagamento pode ser levado logo ao plenário da Casa, mas sinalizou que mudanças podem ser incluídas na proposta ini-

cial. “(O governo) vai conseguir reonerar bastante setores, certamente não da forma como gostaria, mas o Parlamento é para isso, para debater e aprimorar o projeto”, declarou.

Além da reatuação, Maia acredita que em breve o plenário terá condições de votar os projetos do cadastro positivo e a duplicata eletrônica.